

CONSELHO DIRETOR  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**Ata da 966<sup>a</sup>**

---

**Sessão de 14/04/2015**

1 966ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos quatorze dias do mês de abril de dois  
2 mil e quinze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, no Auditório  
3 "Rômulo Ribeiro Pieroni", no Prédio da Administração do Instituto de Pesquisas  
4 Energéticas e Nucleares (IPEN), na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira",  
5 sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o  
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan, Adalberto  
7 Américo Fischmann, Adalberto Fazzio, Joaquim Pereira Filho, Alexandre Nolasco de  
8 Carvalho, Berenice Bilharinho de Mendonça, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira,  
9 Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, José Alberto Cuminato, Antonio Carlos  
10 Hernandez, Marcos de Mattos Pimenta, Antonio Marcos de Aguirra Massola, Arlindo  
11 Philippi Junior, Diana Gonçalves Vidal, Benedito Honório Machado, Bernadette Dora  
12 Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins,  
13 Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno Júnior, Claudimar Amaro de  
14 Andrade Rodrigues, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Rafael Ganzerli Auad, Dante Pinheiro  
15 Martinelli, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Douglas Emygdio de Faria, Dulce  
16 Helena de Brito, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Eduvaldo Paulo Sichieri, Enrico  
17 Lippi Ortolani, Fabiano Guasti Lima, Fernando Brenha Ribeiro, Fernando Luis Medina  
18 Mantelatto, Fernando Salvador Moreno, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,  
19 Frederico Pereira Brandini, Gabriela Soldera Ferro, Germano Tremiliosi Filho, Gerson  
20 Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Rubens Beçak, Vanessa del  
21 Castillo Silva Couto, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Ildo Luis Sauer, Jackson Cioni  
22 Bittencourt, Jean Paul Walter Metzger, Alfredo Goldman Vel Lejbman, João Cyro  
23 André, João Guilherme Machado Ribas, Joaquim José Martins Guilhoto, José Antonio  
24 Visintin, José Arana Varela, José Eduardo Krieger, Tarcísio Eloy Pessoa de Barros  
25 Filho, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério  
26 Cruz e Tucci, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodré Júnior, Ana Maria Loffredo, Eric Danzi  
27 Lemos, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani,  
28 Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone, Marcos Domingos Siqueira  
29 Tavares, Marcos Nogueira Martins, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de  
30 Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Carlos Ferreira dos Santos, Maria  
31 Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças

32 Bomfim de Carvalho, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Mariana Nunes de Moura  
33 Souza, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Neli Maria Paschoarelli Wada, Paulo  
34 Nelson Filho, Oswaldo Baffa Filho, Maria Inês Pegoraro-Krook, Elisabete Maria Macedo  
35 Viegas, Paulo Sérgio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro Ciancaglini,  
36 Richard Charles Garratt, Roberto Gomes de Souza Berlink, Rodney Garcia Rocha,  
37 Benedito Correa, Sérgio França Adorno de Abreu, Sérgio Mikio Kobayashi, Sérgio  
38 Persival Baroncini Proença, Lidia Aparecida Rossi, Silvio Moure Cícero, Simone Rocha  
39 de Vasconcellos Hage, Sonia Maria Vanzella Castellar, Terezinha de Jesus Andreoli  
40 Pinto, Tito José Bonagamba, Tuani Guimarães de Ávila Augusto, Umberto Celli Junior,  
41 Valdecir de Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto  
42 Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge e Walter Vettore. Presente, também,  
43 o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram  
44 antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes,  
45 os Conselheiros: Alexandre Martins Rodrigues, Aluísio Augusto Cotrim Segurado,  
46 André Carlos Ponce de Leon Ferreira de Carvalho, Antonio Carlos Teixeira Álvares,  
47 Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Daniel Barreto Junior, Guilherme Adolfo dos  
48 Santos Mendes, Guilherme Luis Desiderio, Jefferson Antonio Galves, José Otávio  
49 Costa Auler Júnior, Leny Sato, Leonardo Octavio Belinelli de Brito, Maria Aparecida de  
50 Andrade Moreira Machado, Oswaldo Luiz Bezzon, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo  
51 José do Amaral Sobral, Rui Curi e Silvana Martins Mishima. Justificaram, ainda, suas  
52 ausências os Conselheiros: Antenor Cerello Júnior, Belmiro Mendes de Castro Filho,  
53 Carlos Eduardo Garisto de Nicola, Fabiana Marchetti, Fábio de Salles Meirelles, Gabriel  
54 Luis Scheffer Regensteiner, José Tavares Correia de Lira, Marcelo Ricardo Fernandes,  
55 Maria Helena Pereira Toledo Machado, Raphael Gasparian Chinchilla, Silvio Roberto  
56 Farias Vlach e Suely Vilela. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor  
57 passa às suas comunicações. **M. Reitor:** “Senhoras e Senhores Conselheiros está  
58 aberta a reunião extraordinária do Conselho Universitário. Esta é a nongentésima  
59 sexagésima sexta sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.  
60 Como sabem esta é uma sessão extarordinária convocada para dar sequência à  
61 discussão, e posterior votação, dos aspectos relacionados com a reforma do Estatuto e  
62 do Regimento da Universidade de São Paulo. A reunião anterior foi interrompida

63 abruptamente e naquele momento discutíamos um dos tópicos da Reforma Univesitária  
64 que dizia respeito à autonomia da Universidade e organização das Unidades da  
65 Universidade, sendo que, o tópico seguinte previsto para a discussão era o modelo de  
66 votação que será adotado neste processo de revisão. Este, portanto, era o tema para o  
67 qual esta reunião foi convocada e, desta forma, teremos concomitantemente, a  
68 discussão e o processo de votação. Contudo, antes de iniciarmos este tópico, tendo  
69 sido interrompido o tópico anterior e havendo ainda o Professor Germano como inscrito  
70 no referido tópico, pergunto se este gostaria de se manifestar.” Ato contínuo o **Cons.**  
71 **Germano Tremiliosi Filho** informa que não tem interesse em manifestar-se, de modo  
72 que, a seguir o **M. Reitor** passa ao **CADERNO ÚNICO - ESTRUTURA DE PODER E**  
73 **GOVERNANÇA NA USP. 1. PROCESSO 2014.1.5085.1.8 - UNIVERSIDADE DE SÃO**  
74 **PAULO.** Minutas de Resolução relativas à sistematização das formas de deliberação  
75 das alterações estatutárias, apresentada pela CAECO na reunião do Co de 07 de abril  
76 de 2015. **Parecer da CLR:** aprova, em seu aspecto formal, as três minutas de  
77 Resolução a ela apresentadas. Observa que, por se tratar de modificação da regra do  
78 Estatuto que trata do procedimento de alteração estatutária, a deliberação do Co, em  
79 relação a qualquer das minutas apresentadas, deverá contar com a aprovação de 2/3  
80 dos membros do Colegiado, nos termos do item 8 do parágrafo único do artigo 16 do  
81 Estatuto da USP (09.04.15). **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Relativamente  
82 ao item 3 de nossa Pauta - 'Formas de deliberação das alterações estatutárias' -, a  
83 CAECO entendeu razoável organizar o conjunto de propostas, inicialmente a partir da  
84 definição de qual o âmbito colegiado deveria deliberar sobre as alterações. Para cada  
85 um desses âmbitos, que são: 'Proposta de deliberação pelo próprio Conselho  
86 Universitário'; 'Proposta de deliberação por uma Assembleia ou Colegiado Constituinte  
87 e eleito especificamente para este fim' e; 'Proposta de Deliberação pela Assembleia  
88 Universitária, entendida nos termos que está definida no inciso 5º do artigo 36 do nosso  
89 Estatuto que usualmente conhecemos como o colégio eleitoral da eleição reitoral, ou  
90 seja, o conjunto composto pelo Conselho Universitário, os Conselhos Centrais, as  
91 Congregações de Unidades e os Conselhos Deliberativos de Museus ou Institutos  
92 Especializados'. Portanto, temos três possibilidades básicas de instâncias  
93 encarregadas desta deliberação e para cada uma delas temos algumas possibilidades

94 correspondentes, especificamente no que diz respeito a sua composição ou a forma de  
95 votação. Neste sentido, a proposta inicial de alteração estatutária pelo Conselho  
96 Universitário recebeu das Unidades um conjunto de alternativas. A primeira é a  
97 recomendação de que tenhamos debates prévios no âmbito de Conselhos,  
98 Congregações, Unidades e Entidades. A partir deste debate prévio do processo de  
99 deliberação, o Co poderá alternativamente, pelas propostas que foram encaminhadas,  
100 deliberar por maioria simples, no caso a maioria dos presentes, ou por maioria  
101 absoluta, no caso 50% mais um – ou seja, o primeiro número inteiro sobre a primeira  
102 metade dos membros do Conselho independente dos presentes, neste caso estamos  
103 falando de 62 votos –, por fim, por maioria qualificada, aquilo que prevê o Estatuto para  
104 alteração Estatutária – dois terços dos membros que compõem o colegiado do  
105 Conselho Universitário. Em relação à proposta de elaboração de deliberação das  
106 alterações pela Assembleia ou Colegiado Estatutante, surgiram propostas de  
107 composição paritária, um terço de docentes, um terço de discentes e um terço de  
108 servidores técnicos e administrativos, bem como, proposta de composição segundo a  
109 LDB. A proposta que foi formalizada e encaminhada à CAECO foi a seguinte:  
110 composição de 70% de docentes, 15% de discentes e 15% de servidores técnicos e  
111 administrativos. Surgiu, ainda, a proposta não claramente especificada de uma  
112 estatuinte paritária, com inclusão de representantes da sociedade civil, sendo que a  
113 proposta que nos foi encaminhada nestes termos, cabe trazer neste momento, não  
114 especificava exatamente como seria esta representação. Por último, em relação à  
115 deliberação das alterações estatutárias pela Assembléia Universitária, como definida  
116 no artigo 36, a proposta de que ela se dê por votação de dois terços de seus membros  
117 ou também pela maioria absoluta. Além desses três âmbitos fundamentais, com suas  
118 variantes, surgiram duas outras propostas com relação ao encaminhamento. A primeira  
119 sugere que a proposta aprovada de Estatuto seja encaminhada à Assembleia  
120 Legislativa do Estado de São Paulo e a outra sugere que após a aprovação das  
121 alterações estatutárias se submeta aquelas propostas aprovadas à discussão das  
122 Unidades e Órgãos para a sua ratificação em uma segunda votação, no espírito do que  
123 ocorre com Leis Complementares, por exemplo, onde a aprovação definitiva depende  
124 de uma segunda votação. É este, basicamente, o núcleo de propostas que foram

125 apresentadas. Muito obrigado.” **M. Reitor**: “Este é um sumário apresentado pelo  
126 coordenador da CAECO, o que agradecemos enormemente, mas antes de passarmos  
127 à discussão do mérito das propostas, pergunto se há alguma dúvida preliminar com  
128 relação a este encaminhamento que o Professor Carlos Martins acabou de fazer, para  
129 que ele possa responder em nome da CAECO.” **Cons. João Cyro André**: “A questão  
130 que coloco é a seguinte: foram feitas três propostas que têm estas aberturas, mas são  
131 três propostas apenas, gostaria de saber se é possível fazer sugestões – de modo que  
132 quem as faça considere o aprimoramento das apresentadas –, ou serão votadas  
133 apenas aquelas três?” **M. Reitor**: “Esta é uma pergunta para a presidência e não para  
134 o Professor Carlos Martins.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**: “Antes de entrar no mérito da  
135 discussão das propostas, gostaria de apresentar em meu nome, mas reforçando, tal  
136 como foi apresentado nas propostas enviadas à CAECO por algumas Unidades e  
137 algumas Congregações, a proposta de adiamento desta deliberação, em virtude do fato  
138 de que, no plano original, havia um tempo bastante escasso entre o debate do tema e a  
139 votação. Agora não teremos nenhum tempo, pois o encaminhamento consistirá em  
140 debater e votar em seguida. De tal forma que se reforçam os argumentos apresentados  
141 por estas Unidades e Congregações no documento apresentado à CAECO e publicado  
142 não só para o Conselho Universitário, mas para toda a Universidade de adiamento  
143 desta votação.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Esta questão também não  
144 cabe ao Coordenador da CAECO, mas sim ao Presidente da Mesa”. **Cons.<sup>a</sup> Gabriela**  
145 **Soldera Ferro**: “Gostaríamos de saber, em nome dos estudantes, onde está a  
146 proposta feita pela ADUSP e pelos estudantes sobre a comissão paritária para  
147 reformulação do Estatuto, pois não está aqui. Reforço as palavras do Conselheiro  
148 Bruno, pois considerando que esta proposta não foi contemplada não há como  
149 decidirmos neste momento. É necessário que todas as Congregações e demais locais  
150 da USP possam debater de forma intensa, pois esta decisão é extremamente séria.”  
151 **Cons.<sup>a</sup> Ana Maria Loffredo**: “Fizemos uma reunião esta semana no Instituto de  
152 Psicologia, portanto estou representando o nosso encaminhamento que seria na  
153 mesma linha das últimas duas falas, pois estas minutas nos foram encaminhadas como  
154 fruto da sistematização apresentada na semana anterior. Acreditamos ser possível  
155 continuarmos nossa discussão neste momento, mas seria extremamente interessante

156 que a votação fosse adiada no sentido de que as Congregações e as Comunidades  
157 das várias Unidades pudessem discutir estas várias minutas e seus desdobramentos.  
158 Entendemos que mesmo que uma das leituras possíveis da semana passada pudesse  
159 ser a de que esta manifestação tivesse por intuito interromper os trabalhos do Co, caso  
160 isto seja legítimo, mesmo assim creio que o Co tenha toda a condição de continuar a  
161 conduzir este processo e não deveria ter uma manifestação reativa da manifestação da  
162 semana passada sem levar em conta a consistência dos desdobramentos dela. Neste  
163 sentido, entendemos que o poder que o Co tem poderá ser exercido de forma tal, que  
164 leve em conta as demandas e os imprevistos que se inserem no meio do processo.  
165 Sintetizando, nossa proposta é que continuemos a discutir, mas que a deliberação e  
166 votação seja adiada, de tal forma que se marque uma nova data ainda na reunião de  
167 hoje.” **Cons. Laerte Sodré Júnior:** “Gostaria de apoiar a proposta de adiamento desta  
168 discussão, pois segundo meu entendimento, quando recebi a proposta de pauta desta  
169 reunião, submeti aos colegas da Congregação e fizemos um formulário de votação  
170 eletrônica, ocorre que a discussão foi muito pequena dentro do Instituto e dada a  
171 magnitude do tema, creio que não seria apropriado recebermos esta matéria hoje.” Ato  
172 contínuo, o **M. Reitor** declara aberta a discussão reforçando que solicitou que se  
173 manifestassem aqueles que possuíssem questões ao Coordenador da CAECO e que  
174 será concedida a palavra a todos os Conselheiros que desejarem expor suas opiniões.  
175 Continuando, assim se manifesta: “A reforma do Estatuto da USP começou há mais de  
176 um ano, não há nenhum tipo de apressamento, mas a discussão se encerra com  
177 decisão e votação. Não é novidade, pois desde a primeira reunião do Conselho  
178 Universitário deste ano sabe-se que no dia 14 de abril faríamos uma para deliberar  
179 sobre os processos decisórios da reforma. Não é nenhuma novidade, isto que se  
180 apresenta neste momento. O pedido de protelamento a presidência não acolherá. As  
181 três propostas que resumem o universo daquilo que foi encaminhado à CAECO, como  
182 de fato estas propostas foram elaboradas, em concordância com a presidência da  
183 CAECO – que sabe que elas resumiam o conjunto de opiniões predominantes sobre as  
184 formas possíveis de deliberação e o Professor Carlos Martins teve o cuidado de dizer  
185 que, após isto, houveram outras sugestões que combinam duas destas propostas e,  
186 portanto, não representam de fato uma proposta significativamente nova, claro que

187 cada uma delas possui numerosas variáveis que poderão ser consideradas no  
188 momento da votação –, desta forma, peço aos senhores Conselheiros que sejam  
189 objetivos e discutam a essência das propostas, pois por volta de 16h30 nós  
190 procederemos à votação. Antes de iniciarmos, efetivamente, o processo de discussão,  
191 convido o Presidente da CLR, que examinou as propostas a se manifestar.” **Cons.**  
192 **José Rogério Cruz e Tucci:** “Tenho pouco a dizer. Recebemos as três propostas  
193 formuladas pela CAECO – e neste particular gostaria de cumprimentar o trabalho muito  
194 bem feito na pessoa do Professor Carlos Martins, e marcamos uma reunião  
195 extraordinária na última quinta-feira, fizemos pequenos ajustes formais – quero  
196 destacar também a inestimável colaboração do Professor Pedro Dallari – de modo que  
197 trouxemos à análise deste Egrégio Plenário.” **Cons.ª Neli Maria Paschoarelli Wada:**  
198 “Primeiro quero manifestar meu repúdio quanto ao local onde está sendo realizada esta  
199 reunião, pois penso que estamos discutindo democratização da USP e não um assunto  
200 de segurança nacional. Inscrevi-me porque, realmente, deveríamos fazer  
201 questionamentos ao presidente da CAECO que foi uma Comissão eleita por este  
202 plenário, foi uma Comissão que sistematizou todas as propostas que vieram de  
203 Congregações e de debates na comunidade uspiana. Gostaria de perguntar – mas  
204 considerando que não é o presidente da CAECO –, pois não sei o porquê de o Diretor  
205 da Faculdade de Direito dar os parabéns para o Professor Carlos, afinal, faltou  
206 democracia. Sou obrigada a perguntar para o Presidente do Conselho Universitário, o  
207 que é que foi feito com a proposta dos trabalhadores, funcionários da Universidade de  
208 São Paulo e de outras Congregações que fala sobre a Estatuinte Livre e Soberana,  
209 pois pensei que hoje fossemos votar todas as propostas de formas de deliberações  
210 formuladas pela Comunidade e não três propostas formuladas pelo Reitor e seus  
211 assessores.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Conselheira Neli, essa  
212 sistematização foi apresentada na semana passada e ela resumia os eixos centrais da  
213 proposta; a proposta encaminhada pelas entidades sindicais e por várias Unidades  
214 está aqui - Assembleia ou Colegiado Estatuinte paritário formado por 1/3 de docentes,  
215 1/3 de estudantes e 1/3 de servidores técnicos e administrativos.” A **Cons.ª Neli Maria**  
216 **Paschoarelli Wada** fala fora do microfone que não foi esta a proposta encaminhada.  
217 **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Não foi essa a proposta encaminhada? Aqui

218 na sistematização encaminhada pela CAECO não está o número. Vou voltar a ler  
219 aquilo que a CAECO encaminhou – ‘3.2 - Deliberação das alterações estatutárias por  
220 Assembleia ou Colegiado Estatuinte’, as duas formas apareceram – ‘3.2.1 - Paritário:  
221 1/3 de docentes, 1/3 de estudantes, 1/3 de servidores técnicos e administrativos’ - a  
222 sistematização da CAECO não faz referência a número e nem achou imprescindível,  
223 talvez tenha sido um erro incluir a adjetivação soberana, porque, evidentemente, uma  
224 Estatuinte paritária é soberana.” **Cons.<sup>a</sup> Marcela Silva Carbone**: “Quero dar  
225 prosseguimento à intervenção dos Conselheiros Bruno e Neli, porque de fato não está  
226 expressa aqui a proposta, que é tanto dos trabalhadores quanto da ADUSP e, também,  
227 dos estudantes. Em nossa opinião, a proposta que fizemos e que já vem sendo  
228 expressa nos últimos anos na Universidade é que o conjunto da Universidade quer  
229 mais democracia, considera que as decisões tomadas nessa Universidade são  
230 absolutamente antidemocráticas, então, a proposta de fazer uma Estatuinte é  
231 justamente no sentido de democratizar as escolhas que são feitas aqui dentro. Um  
232 número de cento e vinte membros vai na contra mão da nossa proposta. Outra coisa  
233 que também não tem nada a ver com a nossa proposta é o artigo 4º, farei a leitura: ‘As  
234 condições para a realização do processo eleitoral serão definidas pela Portaria do  
235 Reitor’. Isso também não tem nada a ver com ser democrático, com uma participação  
236 ampla e que, de fato, seja soberana a Estatuinte que se realizaria. Na nossa opinião  
237 ela tem que ser, sim, paritária, mas é importante que ela contemple o conjunto da  
238 Universidade e não seja mais uma pequena cúpula, como já existe hoje no Conselho  
239 Universitário. Para terminar, gostaria de saber qual é o posicionamento do Reitor e do  
240 Conselho Universitário, porque na semana passada, de todas as intervenções que  
241 fizemos dizendo que os poucos negros da Universidade gostariam de participar da  
242 reunião para apresentar a sua proposta referente às formas de acesso na  
243 Universidade, não tivemos nenhuma resposta por parte do Reitor, só por parte da  
244 Secretaria Geral, de que tínhamos que protocolar um ofício. Pois bem, durante essa  
245 semana esse grupo de pessoas protocolou um ofício pedindo para participar da reunião  
246 do Conselho Universitário, para poder apresentar suas propostas. Queremos saber  
247 qual é o posicionamento do Reitor, se irão poder participar desta reunião. Na nossa  
248 opinião, se não puderem, também terão que ser adiadas essas votações, para que

249 possamos incorporar os pouquíssimos negros que estão dentro dessa Universidade e  
250 que são as pessoas que possuem as melhores condições para debater o tema do  
251 acesso, já que a maioria da população do país em que vivemos é de cor negra e se  
252 olharmos para dentro da Universidade, veremos que ela não está representada de  
253 maneira coerente.” **Cons.<sup>a</sup> Mariana Nunes de Moura Souza**: “Gostaria primeiro de  
254 reforçar o que foi colocado aqui inicialmente por outros conselheiros em relação ao  
255 adiamento da reunião, da deliberação sobre o Estatuto. Sei que o Reitor já respondeu  
256 sobre isso, mas gostaria de ponderar que como membro da CAECO, e durante reunião  
257 da Comissão, quando foi discutida a data de realização, tanto da reunião de discussão  
258 dos três últimos itens quanto da reunião de deliberação, que essas datas não foram um  
259 consenso dentro da Comissão; inclusive, foi colocado que cada um dos membros  
260 poderiam colocar essa questão publicamente, porque a decisão da data da reunião não  
261 foi uma decisão unânime dentro da CAECO. Em segundo lugar, também foi levantado  
262 dentro da Comissão - e gostaria de levantar aqui no Conselho Universitário - que essas  
263 reuniões, apesar de terem um ano de discussão sobre esse assunto, as duas primeiras  
264 reuniões foram realizadas durante a maior greve da Universidade; eu participei de uma  
265 série de debates em várias Unidades e eles estavam absolutamente esvaziados. Essa  
266 terceira reunião de deliberação foi convocada com um mês de antecedência, também  
267 não houve debates abertos e amplos. Por outro lado, não só não aconteceu o debate  
268 sobre a deliberação, como também o debate e a deliberação ser marcado a apenas  
269 uma semana inviabiliza a consulta e o encaminhamento dessa discussão para todas as  
270 Unidades e para os estudantes de pós-graduação, especificamente. De forma que  
271 sugiro à Mesa, que a exemplo - um ótimo exemplo - do que foi feito na Faculdade de  
272 Filosofia e no Instituto de Biociências (e também o IAG), que seja feita uma consulta à  
273 comunidade antes dessa deliberação. Talvez algumas outras Unidades tenham feito a  
274 consulta virtual, o resultado da Faculdade de Filosofia foi que em torno de 70%, tanto  
275 de professores e funcionários quanto de estudantes, opinaram pela Assembleia  
276 Estatuinte. Não vi ainda o resultado do Instituto de Biociências, gostaria inclusive de  
277 saber o resultado. Uma última questão é que nessa proposta de Assembleia Estatuinte  
278 está dizendo que seriam cento e vinte membros, mas não diz quantos membros de  
279 cada Unidade, não tem uma representação das Unidades nessa proposta; talvez seja

280 interessante discutirmos uma inclusão de número mínimo por Unidade.” **Cons. Sérgio**  
281 **França Adorno de Abreu**: “É só para fazer um esclarecimento. A Congregação da  
282 Faculdade de Filosofia aprovou uma consulta eletrônica a respeito das três propostas.  
283 Essa consulta foi feita e o resultado é o seguinte: foi feita por categorias, dos 110 mil  
284 alunos da graduação, votaram 500, cerca de 3,4%; dos cerca de 4.000 alunos da pós-  
285 graduação, votaram 4,5%; dos 340 funcionários, votaram 18%; e do total de 500  
286 professores, votaram 43,3%, ou seja, do cômputo geral, de cerca de 14.000 votantes,  
287 5% votaram. Pessoalmente, estou dizendo que eu não posso considerar isso maioria.  
288 Foi feita uma grande discussão na Congregação a respeito da leitura qualitativa desses  
289 dados, não vou entrar aqui em discussão, mas quero deixar claro, porque, inclusive, no  
290 boletim da ADUSP aparece ‘maioria da FFLCH’ e acho que não dá para falar isso.  
291 Respeito a opinião. Entre aqueles que votaram, a proposta que teve maior adesão foi a  
292 proposta da Estatuinte. Gostaria até de me manifestar a respeito, mas acho que isso é  
293 um aparte importante, porque me sentiria desconfortável de tratar minorias e majorias  
294 nos termos em que estão sendo colocados.” **M. Reitor**: "Antes de continuar, para que  
295 não percam tempo precioso, as considerações do Prof. Sergio vem acrescentar  
296 argumentos àquilo que a Presidência já decidiu. Levando em conta que na primeira  
297 reunião do Conselho Universitário foi anunciado que neste dia de hoje se faria a  
298 deliberação, e não recebi nenhum pleito até esta reunião para que essa decisão fosse  
299 modificada, a deliberação ocorrerá hoje. Sugiro que utilizem o vosso tempo e façam  
300 aquilo que de melhor sabem fazer, acrescentar, dar sugestões, modificações, para que  
301 possam aperfeiçoar uma ou outra proposta. Se a proposta primeira não contempla as  
302 aspirações dos trabalhadores, dos estudantes, da ADUSP, vamos aperfeiçoa-la; cento  
303 e vinte pessoas é pouco, acrescentem um zero, proponham uma modificação para que  
304 a Assembleia Estatuinte seja composta por mil e duzentas pessoas, façam as  
305 modificações ou as sugestões para que depois possamos submeter a voto aquilo que  
306 pareça o mais adequado possível. Utilizem melhor o vosso tempo de hoje, não percam  
307 tempo fazendo pleito para adiar a decisão que será tomada hoje. Vamos discutir a  
308 substância, por favor." **Cons.<sup>a</sup> Sonia Maria Vanzella Castellar**: “Já havia me inscrito  
309 antes e preciso ler a consideração que saiu da Congregação da Faculdade de  
310 Educação, que considerou que as propostas encaminhadas para orientar a votação do

311 próximo Co não contemplam aquelas provenientes de alguns setores, como o  
312 SINTUSP e a ADUSP, e manifestou-se novamente pela necessidade de um processo  
313 participativo, amplo, democrático, representativo, reflexivo, que contempla um tempo  
314 necessário para o amadurecimento das graves questões que estão sendo discutidas.  
315 Essa foi a decisão que a Faculdade de Educação, em sua Congregação do dia 13 de  
316 abril, manifestou.” **Cons. Marcos Nogueira Martins:** “Infelizmente, vou perder mais  
317 tempo, pois vou voltar ao assunto do tempo adicional para discussão. Estou  
318 representando a Congregação do Instituto de Física que, em uma reunião aberta no dia  
319 24 de março, conjunta com o IAG, discutiu os temas. Foram apresentadas várias  
320 propostas. Não era uma reunião deliberativa, e então a única coisa mais consensual  
321 que surgiu foi a necessidade de mais tempo para discussão. E esse documento foi  
322 encaminhado à CAECO. Então, não é correto dizer que não houve nenhum pleito para  
323 que houvesse o adiamento dessa deliberação, porque esse documento do Instituto de  
324 Física foi encaminhado aos canais competentes e está escrito que precisamos de mais  
325 tempo para discutir.” **Cons. Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues:** “Primeiro  
326 quero colocar que naquele momento não me manifestei, pois haviam pessoas inscritas  
327 e o senhor, como Presidente, pediu a palavra. Minha pergunta era em direção ao  
328 Conselheiro Carlos Alberto. Então, acho que não precisaríamos fazer dessa forma,  
329 pelo menos no meu entendimento.” **M. Reitor:** “O senhor pode fazer sua pergunta  
330 agora.” **Cons. Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues:** “Irei fazer, mas a forma que  
331 o senhor utilizou, não acho a mais correta, pelo menos no meu entendimento. Espero  
332 que respeite isso. Primeiro, o que quero perguntar ao professor é com relação aos  
333 números dessa proposta. São as questões do 120, das comissões compostas por 6,  
334 compostas por X, enfim, de onde saíram esses números? Esses números vieram da  
335 CAECO ou das propostas das Congregações e Institutos?” **Cons. Carlos Alberto**  
336 **Ferreira Martins:** “Aproveito a oportunidade para esclarecer algumas questões  
337 anteriores. Quero deixar claro que jamais foi atribuição da CAECO a definição de  
338 cronogramas ou datas. A CAECO, em determinados momentos, elaborou uma  
339 proposta de cronograma e submeteu ao Conselho Universitário e à Reitoria. Não cabe  
340 à CAECO definir. A CAECO não convoca o Conselho Universitário, não define,  
341 portando, os seus prazos. É verdade que, como disse a Conselheira Mariana, a

342 questão do tempo entre o dia 7 e o dia 14 foi levantada na última reunião da CAECO, é  
343 verdade também que não foi consensual, mas é verdade também que a CAECO, em  
344 uma das suas reuniões, deliberou por votação. Quando havia consenso significativo em  
345 alguma questão de encaminhamento, essa era encaminhada como proposta à Reitoria.  
346 Naquele momento, não houve nenhuma deliberação, nenhuma votação, mas a maioria  
347 daqueles que se manifestaram entenderam que a discussão especificamente sobre  
348 este tema “formas de deliberação” já vinha se realizando há bastante tempo, na  
349 verdade, desde o início do processo de discussão. No seu sentido geral, as grandes  
350 propostas, Estatuinte ou deliberação pelo Co - na verdade a proposta de deliberação  
351 pela assembleia universitária foi a de mais recente aparição - estão presentes em  
352 nosso debate desde o ano passado. Então, acho importante esse esclarecimento. A  
353 responsabilidade da CAECO e, portanto, de seu presidente, é estrita e exclusivamente  
354 a de encaminhar ao Conselho Universitário, para discussão e avaliação, e à Reitoria,  
355 para os encaminhamentos formais necessários, aquilo que nos chegou das várias  
356 posições. Eventualmente, a CAECO pode falhar, certamente falha em não recolher de  
357 maneira absolutamente precisa, mas reivindico que aquilo que aqui foi lido também foi  
358 lido no dia 7. Não trouxe nenhuma novidade, estamos ainda na continuação da reunião  
359 do dia 7. Portanto, se no momento em que todos receberam a pauta do dia 7, essa  
360 sistematização tivesse sido levantada, que alguma coisa não estava devidamente  
361 incorporada, certamente o teria sido, pois é essa, exclusivamente, a função da CAECO  
362 e de sua coordenação.” **Cons. Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues:** “Quero  
363 apenas fazer duas considerações. Uma, na verdade é um questionamento com relação  
364 à transmissão da reunião do Conselho Universitário. Parece que foi dito que seria  
365 transmitido e não sei se está sendo transmitido ou não. A outra questão é que, como  
366 conselheiro, entendo a posição da presidência da mesa sobre a deliberação, a  
367 proposta, mas acho que a função do Conselho Universitário é justamente fazer essas  
368 pontuações, colocar aqui o que as pessoas que nos elegeram como representantes  
369 estão colocando, e entre essas coisas, existe uma proposta de adiamento. Se vale a  
370 posição do Conselho Universitário quanto a isso, sugiro à presidência da mesa que  
371 coloque em votação, se achar conveniente, como é a proposta dos conselheiros.” **M.**  
372 **Reitor:** “A sessão está sendo gravada. A transmissão não é possível, porque

373 incidentes que escapam a nossa vontade recomendaram que esta reunião fosse feita  
374 fora da nossa sede e, portanto, não há condições de fazer a transmissão. A gravação  
375 está sendo feita e poderá ser disponibilizada a qualquer momento. Quanto ao  
376 adiamento da votação, não há nenhuma questão a ser submetida. A deliberação será  
377 tomada hoje. Portanto, volto a recomendar aos senhores conselheiros que apresentem  
378 sugestões para aperfeiçoamento das propostas que serão votadas hoje.” **Cons.<sup>a</sup>**  
379 **Berenice Bilharinho de Mendonça**: “Acho que faltou na CAECO, no meu ponto de  
380 vista, uma análise das propostas em relação ao que existe no momento e o que  
381 estamos propondo, apontando quais são os prós e contras. Como a CAECO se  
382 debruçou sobre o tema com tanto temor e cuidado, poderia ter sido feito mais, pois  
383 realmente me sinto um pouco insegura, pois é uma proposta e duas que são  
384 congelamento da decisão, já que posterga para o fim do ano essa mudança do  
385 Estatuto - pelo que estou entendendo aqui, pois não ficou muito claro, talvez se fosse  
386 projetado poderia ficar mais fácil o entendimento. Acho que poderia ter mais discussão  
387 em relação o que foi discutido em comparação das propostas feitas.” **M. Reitor**: “Tenho  
388 a impressão que é necessário deixar muito claro o seguinte: as mudanças do Estatuto  
389 da Universidade de São Paulo são feitas por maioria absoluta dos Conselheiros, é isso  
390 que reza o artigo 16 do Estatuto. O que está em discussão e será deliberado hoje é se  
391 esta forma de fazer a mudança será mantida, isto é, se as mudanças estatutárias serão  
392 feitas por esse Conselho, com maioria absoluta de votos, ou se alguma outra forma de  
393 deliberação será utilizada para mudar o Estatuto. Essencialmente, existem três vias  
394 que podem ser aperfeiçoadas em cada uma das propostas que estão colocadas. A  
395 primeira delas é que este Conselho nada mais tem haver com a reforma do Estatuto  
396 neste período, ou seja, que essa reforma seja feita por uma Estatuante, convocada  
397 especificamente para esse trabalho e, uma vez feito o trabalho, ela deixa de existir.  
398 Esta Estatuante seria paritária ou em uma proposta alternativa, para que ela siga o  
399 número e a composição da LDB de 70, 15, 15. Detalhes podem ser especificados  
400 depois, se este Conselho, por maioria absoluta de dois terços, abrir mão da sua  
401 responsabilidade e dizer que transfere isso a uma Estatuante. A segunda opção é que  
402 estas mudanças sejam feitas pela Assembleia Universitária, representada pela reunião  
403 de todos os conselhos superiores, as congregações e os conselhos deliberativos de

404 Institutos, museus e assim por diante. E, para isso, há sempre a necessidade de se  
405 fixar uma data máxima para terminar, quando esse poder atribuído a essa assembleia  
406 deixa de existir e retorna ao Conselho Universitário. E, finalmente, há uma proposta  
407 que seja feito no âmbito desse Conselho Universitário, mas ao invés de termos um  
408 quórum de dois terços, pode ser rebaixado para 50% mais um dos seus membros.  
409 Novamente, aqui, é necessário fixar uma data, de forma que em hipótese nenhuma  
410 está se jogando para frente. Estamos fixando sempre uma data limite para a  
411 transferência desse poder que o Conselho Universitário detém hoje e que pode abrir  
412 mão por um período, isto é, delegando, ou à Estatuinte ou à Assembleia Universitária.  
413 Obviamente, se o Conselho Universitário entender que não deve abrir mão desse  
414 poder, o mesmo ficará com o Co, sempre respeitando a maioria simples de voto; é isto,  
415 em essência, o que está em discussão hoje e que sempre esteve em discussão nesta  
416 Universidade, desde que se começou a falar de reforma. Portanto, não há novidades,  
417 não há coisas misteriosas a serem discutidas e não há grandes complicações a serem  
418 entendidas; há sim, até agora, um raro envolvimento da Comunidade da Universidade  
419 de São Paulo em relação ao tema, como ficou claro pela manifestação do Professor  
420 Sergio Adorno. Agora, abruptamente, no dia da deliberação torna-se absolutamente  
421 urgente e necessário fazermos discussões muito profundas a respeito de qual via que  
422 teremos para a reforma do Estatuto, mas isto não será postergado, será submetido à  
423 votação e, portanto, como estou vendo que não estão evoluindo em propostas novas,  
424 modificações e sugestões, estou com a sensação de que está chegando o momento de  
425 colocamos em deliberação.” **Cons. Benedito Honório Machado:** “A fala do Professor  
426 Zago precipita que temos que tomar uma decisão, não sei se hoje ou no próximo Co.  
427 Acho que o próprio andamento da reunião vai balizar, no mínimo, as posições, mas  
428 acho que a questão fundamental que se coloca, neste momento, além das três minutas  
429 apresentadas pela CAECO, que é a da Estatuinte - que pessoalmente, já defendi no  
430 último Conselho, na última terça-feira e voltarei a defendê-la -, da Assembleia  
431 Universitária e a minuta número três, que é o Conselho Universitário baixando seu  
432 quórum para mudança do Estatuto para 50% mais um dos membros. Há, ainda, a  
433 questão que o Professor Zago lembra, a qual é importante e por isso não podemos  
434 perder de vista, porque é onde entra a questão de minha intervenção: que é a minuta

435 virtual número 4. Em outras palavras, consultada neste livreto, que é o Estatuto da USP,  
436 no artigo 16 diz que mudança Estatutária será feita por dois terços desse Colegiado,  
437 portanto, decisão por maioria absoluta qualificada. Está é a questão que, em meu  
438 entendimento, o Conselho deve travar no primeiro momento. Não vou entrar aqui em  
439 detalhamento da Estatuinte, que defendi na última semana, como pediu o Professor  
440 Zago. A questão que se coloca claramente são as duas minutas e esta quarta, que é  
441 virtual, ou seja, a dos dois terços ou 50% mais um do Co, contra assembleias, seja ela  
442 Estatuinte ou Universitária. Essa é a principal discussão neste momento. Mesmo que  
443 comunidade, como da FFLCH, mantenha um grande engajamento nesta discussão, há  
444 um consenso na comunidade no sentido de pedir um novo Estatuto para essa  
445 Universidade, para que essa tensão que sentimos diariamente em todos os ambientes  
446 da Universidade seja desarmada e que não precisemos, no futuro breve, nos reunir em  
447 ambientes isolados como este. Temos que buscar um desarmamento dos espíritos e,  
448 neste cenário, o momento é histórico. Qualquer que seja a decisão, este Conselho  
449 Universitário e os seus membros farão a história dos próximos anos e das próximas  
450 décadas desta Universidade, seja em uma ou outra direção. Insistir no confronto  
451 sistemático para manter os dois terços ou 50% mais um, posso estar muito enganado,  
452 a comunidade em seu conjunto não endossará as decisões que emanarão desse  
453 Conselho, seja os 50% ou os dois terços. Essa é uma decisão de todos nós, os nossos  
454 nomes e nossos votos serão públicos e o nosso compromisso não se encerrará hoje,  
455 mas será de longa data e todas as futuras gerações que passarão por essa  
456 Universidade terão como referência, para o bem ou para o não tão bem ou, se preferir,  
457 para o mal, as decisões que tomaremos hoje ou na próxima reunião. Portanto, neste  
458 contexto, particularmente, não tenho medo de enfrentar a realidade política, e os  
459 membros do Conselho Universitário devem assumir sua responsabilidade  
460 publicamente, perante suas respectivas congregações e representações. Se o  
461 Conselho entender que é bom manter essa tragédia de administração e gestão que  
462 tem sido a história recente da Universidade, se a maioria votar por sim, que assuma a  
463 responsabilidade e siga adiante, e vamos viver um confronto para o resto dos nossos  
464 dias neste ambiente universitário, que entendo ser uma tragédia. Por isso, defendo a  
465 Estatuinte ou assembleias em que vamos discutir o *modus faciendi*, seja uma

466 estatuinte ou assembleias. Esta é a questão que se coloca agora no meu  
467 entendimento. Co's, minuta quarto virtual e o item 3 de 50% mais um, ou assembleias;  
468 e depois, vamos entrar no detalhamento. Se ganharem os Co's, o cenário é muito  
469 diferente e não responderá à demanda da comunidade, como é meu entendimento.” **M.**  
470 **Reitor:** “Tenho uma curiosidade, pois sou oriundo da mesma comunidade que o  
471 professor, o Senhor ouviu sua Congregação?” **Cons. Benedito Honório Machado:**  
472 “Discutimos há três semanas. Meu diretor está aqui presente e poderá lhe dar o  
473 testemunho dessa discussão. Defendi publicamente a Estatuinte na minha  
474 Congregação que, por acaso, é a sua.” **M. Reitor:** “Não tenho dúvida que o Senhor  
475 defendeu, mas gostaria de saber como se manifestou a maioria da Congregação da  
476 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.” **Cons. Benedito Honório Machado:** “A  
477 mesma questão da representação que defendi ardorosamente na minha Congregação.  
478 Os representantes aqui tem que ter o respeito e a dignidade com sua comunidade, e as  
479 pessoas sabem as minhas posições e opiniões políticas, universitárias e acadêmicas,  
480 inclusive o próprio Reitor, portanto não é surpresa para ninguém e todas as minhas  
481 defesas são públicas e sistemáticas.” **Cons. Oswaldo Baffa Filho:** “Desde que essa  
482 reunião começou sabíamos que essa era a grande questão, esse é o momento, como  
483 se diz no interior: 'vamos fazer um omelete sem quebrar os ovos'. Temos que tomar  
484 uma decisão hoje de como proceder e desde a última reunião, viemos discutindo esse  
485 assunto. Li a minuta da CLR e da CAECO, analisei e conversei com vários colegas e  
486 temos três possibilidades, como já foi falado. No que se refere à Estatuinte, é uma ideia  
487 que me remete às Constituintes que aconteceram neste País. Tivemos uma em 1945,  
488 logo após a Segunda Guerra Mundial, depois de sairmos da Ditadura Vargas e tivemos  
489 outra em 1988, após o final do Regime Militar no Brasil. Esse tipo de assembleia tem o  
490 poder de instalar um novo regime, quando há uma certa ruptura com o regime  
491 democrático e serve, também, para pacificar o País e colocar uma nova ordem  
492 institucional. Analisei o que vem acontecendo neste Conselho Universitário, desde de  
493 1989, e ao consultar a página da Secretaria Geral, podemos ver portarias emitidas e  
494 resoluções. As resoluções são atos do Reitor que passa pelo crivo, ou do Conselho  
495 Universitário ou por Comissões Assessoras do Co, por ele eleitas; de forma que temos,  
496 ao longo dos anos, mais de 100 resoluções reitorais e a impressão que me passou - e

497 convido os colegas a consultar essas páginas e ver o que consta delas - é que o nosso  
498 Regimento e Estatuto vem continuamente sendo aperfeiçoado. Tivemos, o ano  
499 passado, um grande aperfeiçoamento, que foi a mudança no sistema de escolha do  
500 Reitor, que provocou uma grande mudança qualificativa neste processo. Ainda no ano  
501 passado, com o novo Reitor, este mesmo Conselho já aprovou uma nova alteração  
502 Estatutária, que muda completamente a sistemática de escolha dos novos diretores.  
503 Vamos olhando e percebendo que temos progressos contínuos nestes documentos.  
504 Analisando isso, entendo que este Conselho está totalmente capacitado para decidir  
505 sobre essa matéria. Acho que temos um problema de tempo sim e precisamos, em  
506 algum momento, encerrar as discussões, que são bastante tensas. A Universidade de  
507 São Paulo é uma universidade líder neste país e é uma das melhores da América  
508 Latina, ela tem que manter essa posição e não há nada que mostre que o Estatuto está  
509 tão ruim. Se nosso Estatuto estivesse tão ruim estaríamos nessa posição de liderança?  
510 Acho que não. Acho que temos mais problemas de como administrar nosso dia a dia  
511 do que questões mais gerais. Acho, também, que o Conselho não está completamente  
512 incapacitado para tomar essas decisões. O Conselheiro Benedito, na última reunião do  
513 Co, falou que este Conselho tem um mau DNA, acho o contrário, ou seja, que este  
514 Conselho tem um bom DNA; pois metade dos diretores que estão aqui já foi escolhida  
515 dentro do novo processo e o Reitor não teve a menor influência, sendo sua própria  
516 Congregação que o escolheu. O mesmo aconteceu com o representante da  
517 Congregação, se a Congregação escolhe professores Titulares para vir aqui e não  
518 escolhem professores associados e doutores, respeitem essa congregação, isso é  
519 democracia. Entendo que o Conselho Universitário está completamente capacitado  
520 para deliberar sobre essas questões e não me sinto à vontade em abrir mão do poder  
521 que me foi dado, quando fui eleito para ser representante de minha categoria. Dessa  
522 maneira, meu encaminhamento é no sentido de que usemos o Conselho Universitário  
523 como fórum adequado para aprovar essas mudanças.” **Cons. Pedro Bohomoletz de**  
524 **Abreu Dallari**: “Compartilho da posição do Conselheiro Baffa. Respeito todas as  
525 posições e são legítimas, tendo em vista que os representantes que estão aqui foram  
526 eleitos pelas regras que vigoram legitimamente na Universidade. A questão  
527 fundamental, bem colocada pelo Professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão

528 Preto, é esta: se a Universidade mantém o *status quo* para promover as mudanças no  
529 Conselho Universitário ou se vamos paralisar esse processo e instaurar um  
530 procedimento na Universidade de caráter massivo, ou envolvendo uma Estatuinte ou  
531 envolvendo uma Assembleia Universitária, mas, obviamente, de qualidade diferente da  
532 atual, que é o Conselho Universitário, que promove as mudanças. Essa avaliação deve  
533 ser feita a luz da realidade, ou seja, a Estatuinte não é boa por si só, ou a mudança do  
534 Conselho não é boa por si só, depende justamente da conjuntura, ou seja, a forma de  
535 mudança deve estar adequada ao contexto. Com franqueza, não consigo ver - com o  
536 maior respeito que tenho pelos colegas que pensam o contrário - essa situação de  
537 crise e de paralisia, que demandaria a interrupção da vida normal da Universidade para  
538 virmos para uma solução que envolveria uma reformulação do Estatuto; tanto do  
539 procedimento quanto da substancia radical. Acho que o Professor Baffa colocou muito  
540 bem, já vem havendo um processo de aperfeiçoamento das regras estatutárias, como a  
541 mudança no sistema de escolha dos diretores e a recuperação da capacidade do  
542 Conselho Universitário para cuidar da Gestão Orçamentária, que é algo relevante, ou  
543 seja, uma série de mudanças está em curso e vem sendo acompanhada por mudanças  
544 que estão em curso em cada uma das unidades. Sinto, em contato com colegas, que  
545 há um processo de aperfeiçoamento, também, na gestão e funcionamento das  
546 unidades, por exemplo, no Instituto de Relações Internacionais, a pedido dos alunos,  
547 as reuniões da Congregação foram abertas à presença de quem quiser, ou seja, está  
548 aberta à presença da comunidade; comparecer ou não é uma decisão pessoal de cada  
549 um. Foi uma mudança que já foi introduzida neste movimento, portanto, sinto que já há  
550 um movimento. Acho que do ponto de vista da relação de custo-benefício de  
551 paralisamos esse processo em função da expectativa de uma Estatuinte - insisto todo  
552 respeito àqueles que pensam diferentes - não está evidentemente presente na  
553 comunidade; basta ver na realidade de nossas unidades que o grau de participação na  
554 discussão desse tema é muito pequeno. Não é verdade que há uma grande  
555 mobilização da Universidade na discussão desse tema. Então, o Conselho Universitário  
556 adotar uma mudança de sistemática que não corresponde, efetivamente, ao que está  
557 colocado na comunidade seria, de certa maneira, uma inadequação, pois estaria  
558 optando por um procedimento que não corresponde ao que é a realidade que está

559 colocada. Portanto, defendo aqui e entro no mérito da discussão, votar a favor que se  
560 mantenha no Conselho Universitário. Penso que o sistema está funcionando  
561 adequadamente; acho, também, que a decisão que eventualmente podemos tomar é  
562 de redução de dois terços para a maioria absoluta do quórum para mudança do  
563 Estatuto, de tal maneira que se dê um pouco mais de agilidade, porque um quórum de  
564 dois terços é muito elevado, nem mesmo para as emendas constitucionais se adota  
565 mais esse quórum de dois terços, já que para emendas constitucionais se adota um  
566 quórum de três quintos. Assim, um quórum de dois terços, realmente, é muito elevado.  
567 Dessa forma, pondero, talvez, a conveniência de manter no Conselho Universitário e se  
568 reduzir de dois terços para maioria absoluta, que dá um pouco mais de agilidade ao  
569 processo de mudança. Mas a luz da realidade política da nossa Universidade, hoje,  
570 acho que a prudência recomenda que se mantenha no Conselho Universitário a  
571 prerrogativa para mudança do Estatuto.” **Cons.<sup>a</sup> Vanessa Del Castillo Silva Couto:**  
572 “Primeiro, gostaria de pontuar uma questão. O debate da Estatuinte mobilizou muitos  
573 estudantes. Não sei se os senhores lembram, mas, em 2013, tivemos uma grande  
574 greve. Mais de 80 cursos entraram em greve porque eles diziam que queriam debater a  
575 Estatuinte livre, soberana, democrática e a questão das eleições para dirigentes da  
576 Universidade. Acho que sobre esse tema, muito do que estamos debatendo hoje foi  
577 conquista de uma grande mobilização que aconteceu no passado, e penso ser  
578 importante pontuar isso, como representante dos estudantes. A outra coisa é que, de  
579 fato, nossa proposta não está nesse material que foi distribuído hoje, inclusive, o  
580 material que foi distribuído na outra reunião, se vocês os tiverem em mãos, verão que  
581 fala de uma assembleia estatuinte e não tem o limite de 120 pessoas, apesar de que já  
582 sabíamos que esse era o número limite para o debate, e toca na questão da qualidade.  
583 E o novo documento nem cita essa questão. Não estou dizendo que o outro documento  
584 nos contemplava, estou dizendo que nesse, não sei por que, foi extinto. Então, quero  
585 reforçar que nossa proposta não está nesse documento e por isso que esse tema tem  
586 que ser adiado. Quero até reforçar, porque é bem complicado vemos que diversos  
587 representantes de unidades estão cumprindo seu papel de trazer o debate, dizendo  
588 que as suas unidades querem que esse tema seja adiado, estão fazendo muito bem  
589 dizendo isso aqui. E vemos que a posição do Reitor é sempre de dizer que esse tema

590 será debatido. Então, qual é a função desse Conselho? Já que estamos dizendo que  
591 nossas unidades querem que se adie o tema e o Reitor está dizendo que não será  
592 adiado. Vamos todos embora e o Reitor decide tudo sozinho; acho bem complicada  
593 essa questão. E para reforçar o que a Conselheira Marcela falou, existem estudantes  
594 que estão lá fora e que querem participar desse Conselho Universitário. São  
595 estudantes negros, que querem debater a questão das cotas. Acho que essas pessoas  
596 devem ter o direito de participar de um debate de Estatuinte, porque a Universidade de  
597 São Paulo é a única que está na ilegalidade, pois somos a única universidade que não  
598 aderiu ao que foi debatido e aprovado no STF, estamos fora dessa Lei. Essas pessoas  
599 não estão representadas aqui. Quantos negros vemos nessa sala? Essas pessoas têm  
600 que participar de um debate de Estatuinte, assim como, por exemplo, sabemos que o  
601 Regimento da Universidade tem diversas falhas e facilita muito a impunidade. Acho que  
602 todos têm acompanhado o debate da CPI de violações de direitos humanos que tem  
603 acontecido, não sei se todos tiveram acesso a um caso de um estudante de medicina,  
604 que está para se formar, colar grau. Existem provas de que ele cometeu quatro  
605 estupros, provas legítimas, concretas e esse estudante não foi expulso da  
606 Universidade. Acho que esse é um tema que temos que debater em uma Estatuinte,  
607 pois como um estudante pratica uma coisa tão nojenta como essa - temos provas - e  
608 não é expulso? E mesmo se fosse, o Regimento é tão vulnerável que esse estudante  
609 poderia recorrer e retornar à Universidade. Teríamos um médico formado na Faculdade  
610 de Medicina da USP que cometeu estupros, recorrentemente. Então, acho que esses  
611 temas têm que ser debatidos seriamente, por isso penso que a Estatuinte tem que ser  
612 livre, soberana e democrática. Se tivesse que fazer alguma proposta, acrescentaria, no  
613 mínimo, uns três números na frente desse 120 proposto; e mesmo assim não  
614 contempla a nossa proposta dos estudantes. Acho que o Reitor tem que ouvir com  
615 muita seriedade esse Co, todos os outros representantes. Penso que estamos muito  
616 certos - os presentes que falaram em adiar -, porque é isso que a nossa comunidade  
617 está pedindo, para que consigamos debater isso seriamente nas nossas unidades e, de  
618 fato, fazer uma Estatuinte, como os estudantes dos 80 cursos que entraram em greve  
619 há dois anos atrás, já reivindicaram e vão continuar reivindicando, como os  
620 trabalhadores que estão aqui fora, paralisados. Então, acho que esse é um debate

621 muito importante, que temos que fazer, e não votar essa proposta hoje.” **Cons.<sup>a</sup>**  
622 **Gabriela Soldera Ferro:** "Quero começar perguntando sobre o que a Conselheira  
623 Vanessa também já falou. Se as congregações e unidades trazem uma proposta e as  
624 unidades respeitam o que é tirado nas suas congregações, o Reitor está sendo  
625 autoritário, porque ao dizer que vai votar independente do que dizem os conselheiros,  
626 isso já mostra que é necessário que se mude o Estatuto da USP. Para que serve esse  
627 Conselho Universitário, se não adianta nada que cada um traga aqui o que suas  
628 congregações e unidades debateram? Outra coisa, antes de fazer minha fala sobre  
629 esse tema, informo que os estudantes do Movimento Negro estão lá fora, mais uma  
630 vez, reivindicando que possam entrar para debater aqui dentro também. Foi  
631 protocolado o nome de quem entraria e foi nos dito que se fosse protocolado, eles  
632 seriam aceitos aqui dentro. Isso foi feito. O que mais precisamos fazer? Porque se isso  
633 também não serve, o que mais é possível fazer? Quero só lembrar que o debate  
634 sobre o Estatuto está acontecendo hoje porque existiu, em 2013, uma mobilização  
635 bastante forte dos estudantes, uma mobilização que pautou isso. Se fosse antes de  
636 2013, tenho certeza que não seriam os professores do Conselho Universitário que  
637 estariam debatendo isso. De forma que quero trazer como uma reivindicação dos  
638 estudantes e não faz sentido algum o que está dito nesse documento, na proposta que  
639 está nos sendo imposta goela a baixo, de que essa é a nossa proposta, que tenha 120  
640 membros, paritário, com condições definidas pela Portaria do Reitor. Essa não é a  
641 nossa proposta, isso é óbvio, mas o que é mais estranho é que querem nos convencer  
642 de que essa é a nossa proposta de que isso será votado aqui. Isso chega a ser até  
643 cômico, na minha opinião. Não tem como não dizer que se foi aberto esse debate, os  
644 estudantes vão querer participar. Isso é um tanto quanto óbvio também, porque os  
645 estudantes pautaram esse debate. E não se enganem também, porque os estudantes  
646 já se mobilizaram bastante para que esse debate sobre o Estatuto acontecesse.  
647 Queremos uma estatuante que seja soberana, paritária, com a participação de toda a  
648 comunidade universitária. Se tem que aumentar números, que coloquemos aí mais dois  
649 ou três zeros, para que toda a comunidade universitária participe desse debate, porque  
650 não é justo que seja feito pelo Conselho Universitário. Vamos pensar, vejam bem, o  
651 Conselho Universitário votará se ele próprio será quem vai fazer o Estatuto, votará se

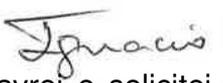
652 vai permitir que transborde do seu próprio controle, ainda assim, aqui dentro, existe  
653 muita divergência, uma divergência saudável. Os representantes de suas  
654 congregações estão colocando que querem que seja adiado esse debate, porque  
655 existe muita divergência dentro da comunidade universitária. Isso está sendo negado  
656 de forma autoritária, isso não está certo - e sabemos que isso não está certo. O  
657 Regimento da USP hoje é um regimento que permite a impunidade, que permite a  
658 corrupção e é, sim, um regimento que permite a impunidade, porque o que está  
659 acontecendo na Faculdade de Medicina e em toda a Universidade, com os casos da  
660 CPI de estudantes que estupraram e assediaram é que eles não foram punidos ainda.  
661 E como serão punidos com um regimento que permite que eles façam isso? Um  
662 regimento que pune pichação, mas não pune estupro. O que é isso? O que acontece  
663 dentro da Universidade de São Paulo para que o Conselho Universitário não entenda,  
664 de uma vez por todas, que são todos os estudantes, todos os funcionários e todos os  
665 professores, que vão decidir o que será feito com esse novo Estatuto? Porque fomos  
666 todos nós que fizemos com que essa discussão existisse e não vamos aceitar que seja  
667 feito dessa forma. Está completamente errado e incoerente que o Conselho  
668 Universitário vote isso aqui hoje. Acho que está bastante claro o que quis dizer.”

669 **Cons.<sup>a</sup> Berenice Bilharino de Mendonça:** “Primeiro quero comentar a respeito dos  
670 representantes dos alunos negros. Dessa fala, parece-me que a representante dos  
671 discentes, pelo fato de ser branca, não está representando os alunos negros. Para  
672 mim, representante dos alunos é um representante. Parece-me estranho termos um  
673 representante de cada cor. Então, acho que o aluno, representante dos discentes,  
674 representa todos os alunos. Segunda parte, em relação ao que estão falando da  
675 Faculdade de Medicina, essas pessoas estão sendo todas avaliadas e punidas, há  
676 várias comissões sindicantes e processantes e nada está impune. Por isso, acho que é  
677 leviano falarmos de coisas que não conhecemos profundamente.” **M. Reitor:**  
678 “Obviamente não vou comentar com relação à injustiça de todas essas considerações,  
679 que são imensas, mas quero apenas esclarecer, com relação à presença no Conselho  
680 Universitário, que esta é uma reunião que se rege pelo Regimento do Conselho  
681 Universitário. Cabe ao Reitor, que preside a sessão, manter e sustentar este  
682 Regimento. Ele diz com muita clareza: 'às reuniões do colegiado e de suas comissões,

683 somente terão acesso seus membros'. O que está fazendo o Reitor é sustentar o artigo  
684 15 do Regimento do Conselho Universitário: 'Poderão ser convidados, a juízo do  
685 Presidente do colegiado, pessoas para prestar esclarecimento sobre assuntos  
686 especiais', de tal maneira que me sinto completamente à vontade para que, no dia que  
687 trouxer a discussão da questão de acesso à Universidade, convidar representantes de  
688 diferentes tendências com relação ao pensamento da entrada na Universidade de São  
689 Paulo. Agora, o que estamos discutindo hoje é outra coisa. Estamos discutindo se este  
690 Conselho mantém ou não a sua prerrogativa de reformar o Estatuto da Universidade de  
691 São Paulo, para isso não precisamos de mais convidados". **Cons. João Cyro André:**  
692 "Inicialmente, gostaria de falar sobre o Professor Carlos Martins, em relação ao espírito  
693 republicano pelo qual ele fez as propostas. Propostas extremamente difíceis, algumas  
694 inconciliáveis, mas ele apresentou, com todas as críticas que podem ser feitas a  
695 qualquer uma. E entendo que esse espírito republicano foi transmitido nas propostas  
696 que estão sendo apresentadas nesse Conselho Universitário. Alguns aspectos foram  
697 abordados pelos Conselheiros Oswaldo Baffa e Pedro Dallari. Vou fazer quatro  
698 considerações iniciais e depois farei uma proposta objetiva de encaminhamento. A  
699 primeira observação que tenho que é que o Conselho Universitário é o órgão máximo  
700 da Universidade de São Paulo e tem entre suas atribuições elaborar e emendar o  
701 Regimento Geral da USP e emendar o presente Estatuto por aprovação de dois terços  
702 da totalidade de seus membros – isso consta do Estatuto, copieei de lá. Segunda  
703 observação, o Conselho Universitário é constituído por Reitor, Vice-Reitor, Pró-  
704 Reitores, Diretores, um representante docente de cada Congregação, um  
705 representante dos Museus e um representante dos Institutos Especializados, os alunos  
706 têm 15% de representação - 10% da graduação e 5% da pós-graduação -, e três  
707 representantes dos servidores técnicos e administrativos. A representação dos  
708 discentes, portanto, observa a questão da LDB, mas, obviamente, a dos servidores  
709 técnicos e administrativos está subdimensionado em relação à proposta da LDB, é  
710 alguma coisa a ser considerada por esse Conselho Universitário. Qualquer detalhe  
711 podemos analisar depois, mas há uma sub-representação dos servidores técnicos e  
712 administrativos. Considero a forma representativa a mais adequada para o  
713 desenvolvimento da USP, como representativa na forma como ela está constituída: os

714 conselhos, as Congregações, os CTAs, etc. É verdade que tem ocorrido falhas na  
715 condução da USP, muito mais por acomodações ou conflitos gerados por interesses de  
716 grupos e unidades, ou decisões estratégicas equivocadas. Isso tem acontecido e faz  
717 parte dos acertos e das falhas de seus dirigentes; tem ocorrido muito mais por  
718 responsabilidade desses vários setores que indiquei e muito menos por deficiência do  
719 Estatuto. A mudança pura e simples do Estatuto, não sei quanto vai melhorar a  
720 qualidade de condução dessa Universidade. Portanto, é essa observação que faço,  
721 que a mudança pura e simples do Estatuto, como o Professor Pedro Dallari citou, não  
722 será suficiente para melhorar ou piorar a Universidade. Após mais de um ano  
723 discutindo mudanças estatutárias, o Co não deve e não pode abrir mão de tomar  
724 decisões sobre possíveis mudanças estatutárias. A decisão está nesse Co, é uma  
725 responsabilidade dele. Depois de um ano, abrir mão dessa responsabilidade é se omitir  
726 diante de um fato relevante para o futuro da Universidade de São Paulo.  
727 Simplesmente, depois de um ano, interromper o processo e transmitir para uma  
728 estatuinte, considero abrir mão, recuar diante de uma responsabilidade muito grande.  
729 Agora, vou à proposta propriamente dita. Minha proposta se presume no  
730 aprimoramento da Minuta 2. Elaboração objetiva pela CAECO das várias propostas  
731 consistidas, de acordo com o temário aprovado pelo Co de 25 de março de 2014 e que  
732 digam respeito exclusivamente ao Estatuto da USP - isso é um trabalho da CAECO.  
733 Esse material organizado vem para esse Co, que por maioria absoluta de seus  
734 membros, define uma proposta de modificação do Estatuto. Entendo que levar essa  
735 proposta para fora do Co seria salutar para a saúde da Universidade. Então, que essa  
736 proposta aprovada pelo Co, não em caráter definitivo, mas em caráter preliminar, seja  
737 apreciada pela Assembleia Universitária. Tenho a impressão de que não será  
738 necessária uma comissão para discutir como funcionará, a própria CAECO  
739 apresentará, em um prazo máximo de 30 dias, proposta referente ao funcionamento,  
740 mecanismo de votação e calendário de trabalho da Assembleia Universitária. Entendo,  
741 particularmente, que seria salutar que essa proposta fosse levada a grupos da  
742 Assembleia Universitária definidos por membros de cada unidade. Isso permitiria que  
743 as sugestões fossem feitas sob o filtro de cada uma das unidades, observando, então,  
744 a diversidade nas unidades da Universidade de São Paulo. Traria a esse Conselho

745 uma série de sugestões que poderiam vir na forma de *e-mails*. Feito esse processo, as  
746 propostas do Co e as diversas propostas da Assembleia Universitária serão apreciadas  
747 por esse Co e será aprovada uma proposta, por maioria qualificada de dois terços dos  
748 membros do Co, como está previsto no Estatuto da Universidade. Entendo, também,  
749 que esse trabalho deveria ser encerrado ainda no ano de 2015.” **M. Reitor:** “Temos  
750 uma proposta adicional que, em essência, combina a proposta três e a proposta dois.  
751 Não sei se compreendi direito, Professor Cyro. Trata dos procedimentos, de como as  
752 coisas caminham entre os diferentes setores da Universidade, os diferentes níveis.  
753 Mas, finalmente, traz a responsabilidade final da decisão por maioria qualificada para  
754 dentro, novamente, do Conselho Universitário. É isso?” O **Cons. João Cyro André**  
755 responde com um sinal afirmativo. **Cons. Benedito Honório Machado:** “Se for  
756 colocada uma nova proposta, entendo que outras propostas poderão igualmente ser  
757 apresentadas. Não nos restringiremos mais às três minutas que estavam na proposta  
758 da CAECO, esse seria o meu entendimento, porque todas as outras possibilidades  
759 existem. Por isso, no meu entendimento, acho que deveríamos fazer o  
760 encaminhamento de votação no Co - Minuta 3, o atual Estatuto, dois terços; ou  
761 Assembleias. O *modus faciendi* de quem ganhar será diferente e será discutido  
762 oportunamente. Caso contrário, terei de concordar com todas as representações e  
763 teremos que abrir para uma nova rodada de novas propostas.” **M. Reitor:**  
764 “Esclarecendo, Professor Benedito, isso não é possível por um motivo muito simples: a  
765 proposta aqui aprovada, se ela abrir mão da aprovação final por este Conselho, de dois  
766 terços, ela terá que ter sido aprovada por dois terços, isto é, não é possível colocar  
767 duas opções iniciais. Teremos que votar isso de uma maneira mais ou menos  
768 sequencial. O que estou tentando aproveitar é uma sugestão de aperfeiçoamento e não  
769 uma nova proposta. Isso, penso que devemos tratar de uma maneira colaborativa, ou  
770 seja, ver o que é possível aperfeiçoar. Assim como disse, e sem nenhum exagero, se  
771 acham que 120 membros para uma Assembleia Estatuinte é um número muito  
772 pequeno, que seja 1.200, ou que seja 12.000. Então, o aperfeiçoamento da proposta  
773 está aberto. Agora, se a proposta que for aprovada retira do Conselho Universitário a  
774 prerrogativa de fazer a aprovação final por dois terços, ela terá de ter sido aprovada por  
775 dois terços, enquanto que essa proposta que o Professor João Cyro apresenta nesse

776 momento não precisa sequer de aprovação, porque pode representar apenas o  
777 encaminhamento para a votação por dois terços. Ela simplesmente propõe um caminho  
778 para as propostas serem discutidas e submetidas à comunidade, isto é, o Conselho  
779 Universitário pode perfeitamente tomar esta via sem que isso tenha que ser, sequer,  
780 aprovado. Por isso que é possível admiti-la nesse momento, enquanto que as outras  
781 não. Quer Assembleia Estatuinte, quer Assembleia Universitária, quer a redução do  
782 quórum para 50% mais um, qualquer uma delas exige, para que seja o processo final  
783 de avaliação, aprovação por dois terços. Essa que é a grande diferença. Por essa  
784 razão é possível conversar e dar continuidade à consideração da proposta do  
785 Professor João Cyro André, sem que isto represente, de fato, uma nova proposta em  
786 relação às três, porque essas sim são modificações da responsabilidade final de  
787 decisão.” **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** “Quero apenas transmitir a esse  
788 colegiado a manifestação da minha Faculdade, mas quero também registrar que a  
789 Faculdade de Filosofia levou o assunto a sério e programou uma discussão na reunião  
790 da Congregação ordinária e duas extraordinárias para discutir o assunto. Então, estou  
791 trazendo o resultado algo bastante discutido. Agora, lamentavelmente, por uma  
792 questão de tempo, na quinta-feira que estávamos discutindo o resultado final das  
793 discussões que haviam sido feitas e uma votação de uma proposta, não tínhamos  
794 ainda conhecimento dessa minuta de resoluções que a CLR elaborou para  
795 conhecimento da comunidade. Então, há um detalhamento que não foi efetivamente  
796 considerado, não quer dizer que não tenhamos discutido, mas não foi considerado. Vou  
797 me manifestar para deixar registrado.” Neste momento, o auditório é invadido por  
798 manifestantes e o M. Reitor dá por encerrada a sessão. **M. Reitor:** “Está encerrada a  
799 discussão da reforma do Estatuto na Universidade de São Paulo no ano de 2015. Em  
800 2016 voltaremos a discutir a questão. Muito obrigado a todos.” A reunião é encerrada  
801 às 16h30. Do que, para constar, eu, , Prof. Dr. Ignacio Maria  
802 Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que  
803 será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida  
804 e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 14 de abril de 2015.